



PUC Minas

CENÁRIOS PUC MINAS

Conjuntura**Internacional**

ano 4 • nº 11 • 15 a 21/04/07 • ISSN1809-6182

Especial

13/04/2007 – Os embates de março de 2007 na República Democrática do Congo em perspectiva históricap.01

Em uma eleição inédita em um período de mais de 40 anos, a República Democrática do Congo escolheu seu Presidente, Joseph Kabila, em outubro de 2006. Contudo, como reflexo da instabilidade política e existência de forças armadas paralelas ao Estado, que perpassam a história do país, ocorreram embates entre forças leais ao candidato derrotado nas eleições - que também já exerceu o cargo de Vice-Presidente, Jean-Pierre Bemba - e as tropas do governo eleito.

Análise

19/04/2007 – 25 Anos da Guerra das Malvinas.....p.07

No dia 2 de abril de 2007, foram completados 25 anos da guerra travada entre a Argentina e o Reino Unido pela soberania das Malvinas. Após esses anos, busca-se apresentar um panorama do conflito ocorrido bem como da situação atual dos relacionamentos.

Os embates de março de 2007 na República Democrática do Congo em perspectiva histórica

Especial
Perfil

Raphael Rezende Esteves
13 de abril de 2007

Em uma eleição inédita em um período de mais de 40 anos, a República Democrática do Congo escolheu seu Presidente, Joseph Kabila, em outubro de 2006. Contudo, como reflexo da instabilidade política e existência de forças armadas paralelas ao Estado, que perpassam a história do país, ocorreram embates entre forças leais ao candidato derrotado nas eleições - que também já exerceu o cargo de Vice-Presidente, Jean-Pierre Bemba - e as tropas do governo eleito.

Em março de 2007 ocorreram embates entre tropas leais ao ex-vice-presidente da República Democrática do Congo (RDC) e as tropas do governo. Esses embates refletem um passado de instabilidade política presente na história recente do país. Dessa forma, objetiva-se delinear a política da RDC em uma perspectiva histórica, assim como apresentar o atual quadro do país.

A RDC situa-se na África Central e possui uma área de 2.345.000 km², além da segunda maior floresta tropical do mundo. O país faz fronteira com nove outros Estados, quais sejam: República do Congo, República Centro Africana, Sudão, Uganda, Ruanda, Burundi, Tanzânia, Zâmbia e Angola.

A população da RDC ultrapassa os 58 milhões de habitantes. A economia do país se concentra fortemente no setor primário, com destaque para a agricultura, que representa 55% da geração de riqueza do país. Além disso, a extração mineral, as indústrias de bens de consumo não-duráveis e de cimento

compõem o panorama econômico da RDC.

Histórico

Em 1482, os portugueses chegaram à região da atual RDC, encontrando ali várias entidades políticas, dentre as quais deve-se salientar o Império Congo e o Reino de Kuba. Em fins do século XIX, após explorações do inglês Henry Morton Stanley e estabelecimento de postos comerciais - atividade comissionada pelo Rei Leopoldo II, da Bélgica - foi descoberta a Bacia do Rio Congo, o que representou o completo conhecimento dos europeus em relação ao continente africano.

A partir da Conferência de Berlim¹, ficou estabelecido que a atual região da RDC pertenceria ao Rei Leopoldo II, da Bélgica. Em 1908, a RDC, que até então era denominada pelo Rei Leopoldo II de

¹ Realizada ente 1884-85, esta conferência buscou regularizar a exploração da África entre os Estados europeus.

Estado Livre do Congo, passou a se chamar Congo Belga e a ser controlado pelo governo belga. Este domínio durou até junho de 1960.

Durante esse período, a administração do país (serviços públicos e de natureza técnica) era feita basicamente por europeus. O órgão responsável era o Ministério Colonial, com sede em Bruxelas, que designava o Governador-Geral e os governadores de cada uma das seis províncias: Leopoldville (atual Kinshasa), Equateur, Orientale, Kasai, Kivu e Catanga. Além dessa dependência administrativa, o grau de instrução da população era baixíssimo, sendo que a primeira universidade do país foi criada em 1956.

Com a intensificação da desordem no país, decorrente de comícios realizados por desempregados em 1959, além do aumento da atividade política do país, com a realização de eleições municipais em 1957, a Bélgica reconheceu o direito à independência da RDC. Após discussões entre líderes políticos locais e autoridades belgas, na chamada Mesa Redonda de Bruxelas, a data da independência foi fixada para 30 de junho de 1960.

Contudo, pouco foi feito durante o período entre a Mesa Redonda de Bruxelas e a independência da RDC que ajudasse o país a se autogovernar. A situação do país era bastante instável, pois líderes tribais tinham mais poder que o governo central. Após as eleições parlamentares realizadas em maio de 1960, Patrice Lumumba foi apontado como Primeiro-Ministro e Joseph Kasavubu como presidente.

Para agravar a situação, Moise Kapenda Tshombé, apoiado pela África do Sul e pela Bélgica, declarou a independência da província de Catanga, a mais rica do país²,

² De acordo com a Conferência de Berlim, a região de Catanga se encontrava dentro dos limites das possessões do Rei Leopoldo II. Com o início da administração belga, em 1908, a região

em 11 de julho de 1960. Este contexto fez com que, depois de pedido de Kasavubu e Lumumba, a Organização das Nações Unidas (ONU) enviasse a primeira Operação de Paz ao país (Operação das Nações Unidas no Congo - ONUC), que buscava garantir a saída das forças belgas, ajudar o novo governo a prover a ordem, garantir o cumprimento das leis e prover assistência técnica³.

O Primeiro-Ministro da RDC, Patrice Lumumba, buscou apoio da União Soviética (URSS) que, sob o comando de Nikita Khrushchev, concordou em auxiliar com armamento e consultores técnicos. Entretanto, no quadro da Guerra Fria, os Estados Unidos perceberam a influência que a URSS poderia exercer na região e, em setembro de 1960, apoiaram Joseph Désiré Mobutu a realizar um golpe de Estado, que anunciou que o governo parlamentar seria suspenso até o fim do ano. Contudo, o comando do governo foi devolvido logo depois ao Presidente Kasavubu. No mesmo mês, Kasavubu destituiu Lumumba, este que após ser preso, morreu misteriosamente alguns meses depois.

Em julho de 1963, os grupos que apoiavam a independência de Catanga acabaram vencidos pelas forças da ONU⁴.

apresentou-se como extremamente rica em minerais como cobre e cobalto, além de ouro, zinco, cádmio e manganês. Reservas de urânio foram identificadas mais tarde em Catanga.

³ Especialmente o provimento dos serviços públicos foi comprometido neste período, devido à saída dos belgas em território congolês, com a intensificação da desordem no país. Dessa maneira, tornou-se necessário que congolese fossem treinados de forma que pudessem desempenhar as atividades anteriormente designadas à estrangeiros.

⁴ Cabe apontar que após seguidos enfrentamentos entre as forças de secessão de Catanga e as forças da ONU, o mandato da operação de paz se ampliou de tal forma que a resolução do Conselho de Segurança das Nações Unidas de 24 de novembro de 1961 autorizava ao secretário-geral o uso da força para cumprir aos propósitos da missão, como apreensão e detenção para ação legal e/ou deportação de

Tshombé foi nomeado para o cargo de Primeiro Ministro pelo então Presidente Kasavubu, em 1964. A operação de paz ficou na RDC de 1960 a 1964.

Novamente, em um clima de instabilidade e revolta, Mobutu, então comandante do exército nacional, tomou o poder e se declarou presidente pelos cinco anos seguintes. O novo presidente também alterou o nome do país, que passou a se denominar Zaire.

Mobutu permaneceu no poder por mais de 30 anos, quando pressões tanto domésticas quanto internacionais teriam gerado a deterioração da sustentação do regime. Violações dos Direitos Humanos, deterioração econômica, corrupção governamental (principalmente a utilização de recursos públicos para fins pessoais) foram gradativamente enfraquecendo a figura de Mobutu, que pressionado, acabou estabelecendo um sistema multipartidário e comprometeu-se com a elaboração de uma constituição.

Em 1992, estabeleceu-se a esperada Conferência Nacional Soberana, com representantes de vários setores da sociedade (3.400 representantes de partidos políticos e membros da sociedade civil). A conferência, após dar-se mandato legislativo, apontou o Arcebispo Laurent Monsengwo⁵ como presidente e Etienne Tshisekedi⁶ como primeiro ministro. Entretanto, Mobutu estabeleceu um governo rival, com seu próprio primeiro ministro e assumindo a presidência. Dessa forma, foram prometidas eleições em dois anos e criou-se um Conselho para realizar a transição. Mobutu foi apontado como chefe de Estado, com Kengo Wa Dondo como Primeiro-Ministro. As eleições nunca ocorreram.

peçoal estrangeiro militar, paramilitar ou consultores políticos que não estejam sob as ordens do comando das Nações Unidas.

⁵ Presidente da Conferência Episcopal Congoleza

⁶ Líder da União pela Democracia e Progresso Social.

Como consequência do transbordamento do genocídio que ocorria em Ruanda, milícias Hutus desse país cruzaram a fronteira da RDC fugindo do recém estabelecido governo Tutsi. Tais milícias preparavam incursões ao território de Ruanda a partir de campos de refugiados ao leste da RDC.

Em outubro de 1996, forças de Ruanda entraram no território da RDC e, ao mesmo tempo, foi formada uma coalizão comandada por Laurent-Désiré Kabila, denominada Aliança das Forças Democráticas para a Libertação do Congo (ADFLC – sigla em francês). Estas forças, apoiadas por Ruanda, Uganda Burundi, Tutsis congolezes (Banyamulenge) e soldados congolezes, iniciaram uma campanha militar em direção à capital Kinshasa, objetivando destituir Mobutu. Após tentativas mal sucedidas de conversações de paz entre Mobutu e Kabila, o primeiro acabou por deixar o país.

Dessa maneira, em 1997, Kabila declarou-se presidente do país e renomeia-o de RDC. Vale apontar, contudo, que cargos importantes do governo de Kabila foram ocupados por membros das forças estrangeiras, assim como parte dessas últimas foi integrada às forças armadas congolezas.

Em 1998, após uma deterioração das relações entre Kabila e as forças externas presentes na RDC, o presidente ordenou que essas se retirassem imediatamente do país. Os membros da antiga aliança que apoiou Kabila na derrubada de Mobutu o acusaram de constituir um governo igualmente ditatorial e corrupto, além de questões mais pontuais, como a perda da cidadania congoleza por parte dos Banyamulenge.

Esse cenário acabou levando a uma entrada de novas tropas de Ruanda e Uganda no país para colocar no poder um grupo rebelde apoiado por Ruanda, Agrupamento Congolês pela Democracia (RCD – sigla em francês). Esse movimento

foi contido com a intervenção de tropas de Angola, Zimbábue e Namíbia a favor do governo da RDC. Com isso, as tropas ruandesas e o grupo rebelde apoiado pela mesma se dirigiram para o leste do país e continuam a combater as forças da RDC. Em 1999, Uganda apoiou o grupo Movimento Nacional para a Liberação do Congo (MNLC) - comandado por Jean-Pierre Bemba -, que tomou controle sobre o norte do país.

Dada a forte clivagem na qual a RDC se encontrava⁷, foi assinado, em 1999, um acordo entre todas as partes envolvidas no conflito, em Lusaka, no Zâmbia. O acordo objetivava: cessar as hostilidades, constituir uma comissão militar conjunta (composta por membros de cada um dos países beligerantes), enviar tropas para Operação de Paz, desarmar as milícias, buscar a reconciliação nacional e a formação de um governo provisório até que eleições fossem realizadas.

Dessa maneira, para garantir o cumprimento do Acordo de Lusaka, foi estabelecida, em 2000, a Missão das Nações Unidas na RDC (MONUC). Essa missão excede 1 bilhão de dólares e é a operação que mais demanda recursos do Departamento de Operações de Paz da ONU.

Kabila, contudo, passou a ser extremamente criticado por impedir o desembarque total do contingente da MONUC, dificultar a constituição do governo provisório e cercear a participação política da população. Em 16 de janeiro de 2001, o Presidente Kabila foi assassinado e tem como sucessor na presidência seu filho, Joseph Kabila, indicado pelo gabinete do governo.

Com o prosseguimento da atuação da MONUC, as forças estrangeiras foram gradualmente retirando-se da RDC até

que, em 2003, todas as tropas oficiais haviam retornado para seus países de origem. O Acordo de Sun City foi finalizado em 2002, na África do Sul, e estabeleceu o governo provisório que governaria por dois anos até que as eleições se realizassem. Este acordo apresentava a adoção do sistema 1+4, ou seja, 1 Presidente da República e 4 Vice-Presidentes, vindos de 4 movimentos rebeldes e da sociedade civil.

O cenário de guerra que se formou durante o período de 1998 e 2003 gerou um saldo de mortos de, aproximadamente, 4 milhões de pessoas. Acredita-se que um contingente de 3,4 milhões de indivíduos esteja deslocado internamente por conta do conflito, considerado o mais violento desde a Segunda Grande Guerra. (Fonte: MONUC)

Para presidir esse governo provisório foi escolhido Joseph Kabila, que contava com os seguintes vice-presidentes: Azarias Ruberwa⁸, Arthur Z'ahidi Ngoma⁹, Abdoulaye Yerodia Ndombasi¹⁰ e Jean-Pierre Bemba¹¹. Um ponto bastante controverso em relação a este governo provisório foi a permissão dada aos vice-presidentes de possuírem uma força especial responsável por sua segurança. Eles teriam direito a 108 guarda-costas. Já no caso do presidente, houve certa indefinição quanto ao tamanho da força responsável pela sua segurança, o que permitiu ao mesmo amearhar um grande

⁷ Com o norte do país dominado por forças alinhadas à Uganda, o leste ocupado por forças alinhadas à Ruanda e o restante do país em poder do governo central da RDC.

⁸ Responsável pela Comissão de Políticas Públicas, Defesa e Segurança. Representante do RDC, um dos maiores grupos rebeldes.

⁹ Responsável pela Comissão Social e Cultural. Antigo membro do RCD e participante da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Educação (UNESCO - sigla em inglês).

¹⁰ Responsável pela Comissão de Reconstrução e Desenvolvimento. Antigo Ministro de Relações Exteriores do governo de Laurent-Désiré Kabila.

¹¹ Responsável pela Comissão Econômica e Financeira. Representante do MNLC, outro expressivo grupo rebelde.

contingente de seguranças à guarda presidencial.

Essas forças independentes, somadas à constante infiltração dos países vizinhos da RDC, foram responsáveis pela grande violência durante o governo provisório. Estimativas apontavam para um contingente de 14 mil indivíduos compondo a guarda presidencial. Os vice-presidentes, por sua vez, buscavam mobilizar milícias que pudessem fazer frente a possíveis ameaças.

Assim, acredita-se que, por exemplo, Jean-Pierre Bemba teria em seu poder uma força de 600 a 800 indivíduos em Kinshasa; e Azarias Ruberwa contaria com um contingente entre 300 e 400 indivíduos em sua guarda pessoal. A existência dessas forças independentes em relação a um governo central criou a possibilidade de uma escalada de violência interna, na medida em que essas utilizavam a força de forma autônoma na busca de seus próprios objetivos políticos.

Após certo atraso em relação ao planejado, realizaram-se eleições na RDC em julho de 2006. Devido ao fato de nenhum dos candidatos ter obtido maioria absoluta¹², as eleições foram para o segundo turno, com Joseph Kabila e Jean-Pierre Bemba na disputa. O período imediatamente após o primeiro turno das eleições foi marcado pelos embates entre as forças de Kabila e Bemba. Apenas no mês de agosto de 2006, ocorreram 23 mortes e 43 feridos, entre civis e soldados, decorrentes destes embates. O helicóptero pessoal de Bemba foi destruído, além de um ataque à estação de televisão que pertence ao ex-vice-presidente.

O segundo turno das eleições garantiu a presidência à Joseph Kabila - com 58% dos votos, enquanto Bemba recebeu 42% - que

assumiu o cargo em dezembro de 2006. Kabila foi o primeiro presidente eleito em eleições livres desde a independência da RDC, em 1960. Além disso, Kabila conseguiu maioria na Assembléia Nacional e em 8 das 11 assembleias provinciais. Algumas fraudes foram observadas durante as eleições, o que fez com que Bemba rejeitasse inicialmente o resultado. Contudo, tais fraudes não foram apontadas como suficientes para anular o pleito.

Embates recentes

Em março de 2007, aconteceram os primeiros confrontos internos na RDC desde a eleição de Kabila. Embora não se saiba exatamente as causas ou o responsável pelo início das hostilidades, tropas leais à Bemba e forças do governo central se enfrentaram nas ruas de Kinshasa. Bemba argumentou que sua casa haveria sido atacada 4 vezes desde sua derrota nas eleições, além de ter seu irmão seqüestrado no dia 21 de março de 2007.

Os enfrentamentos ocorreram durante os dias 22 e 23 de março e, segundo moradores, foi caracterizado por um toque de recolher implícito. Durante esses dias tornou-se muito difícil sair às ruas devido ao fato de haverem atiradores posicionados no alto dos prédios e estarem ocorrendo muitos saques na capital. Estima-se que até 600 pessoas podem ter morrido por consequência dos embates.

Segundo a constituição do país, Bemba não poderia permanecer com um contingente de forças armadas sob seu comando. O exército pessoal de Bemba deveria renunciar às armas e se integrar às forças regulares do país. Foi colocado um prazo final para que o ex-vice-presidente desmobilizasse essas forças, prazo esse que expirou em março e não foi cumprido.

Dessa maneira, Bemba foi acusado de alta traição e, embora acumule o cargo de

¹² O resultado ao final do primeiro turno foi: Joseph Kabila 44,81%; Jean-Pierre Bemba 20,03%; Antoine Gizenga 13,06%; François Joseph Mobutu Nzanga 4,77%; Oscar Kashala 3,46%; Azarias Ruberwa 1,69%; Pierre Pay-Pay 1,58%.

senador, sua imunidade parlamentar não evitou que o Procurador-geral da RDC, Tsaimanga Mukenda, emitisse seu mandado de prisão. Bemba e sua família, entretanto, buscando garantir a liberdade, exilaram-se na Embaixada da África do Sul.

O Comitê Internacional da Cruz Vermelha que se encontra na RDC auxiliou na remoção dos corpos nas ruas da capital congoleza. A MONUC também teve papel fundamental, principalmente na garantia da segurança dos civis que se encontravam em Kinshasa, removendo vários indivíduos das áreas consideradas de alto risco.

Após os dois dias de conflito, as forças de Bemba se entregaram à MONUC, em um total de 109 combatentes. Outros 44 foram presos quando tentavam cruzar a fronteira com a República do Congo, ao norte. Contudo, 500 combatentes leais a Bemba ainda se recusam a entregar suas armas e se integram às Forças Armadas nacionais.

Em confinamento desde 23 de março na Embaixada da África do Sul, Bemba conseguiu uma autorização no dia 10 de abril para viajar para Portugal, sob alegação de submeter-se a tratamentos médicos. Embora tenham surgido especulações sobre um possível exílio de Bemba naquele país, a Embaixada portuguesa não confirma tal fato. Bemba possui uma permissão de 60 dias para permanecer em Portugal para o tratamento de sua perna. O ex-vice-presidente possui uma casa em Lisboa desde 1987, para a qual viaja constantemente sem, contudo, possuir cidadania portuguesa.

No dia 11 de abril de 2007, escoltado por 15 veículos blindados da ONU, o ex-vice-presidente saiu da Embaixada da África do Sul em direção ao aeroporto internacional de Kinshasa, onde embarcou em sua aeronave particular, com sua família, para Portugal.

O novo governo eleito terá que lidar com

vários problemas que assolam a RDC atualmente. Pode-se apontar: controle da coalizão de forças que garantem ao presidente a maioria na Assembleia Nacional, combate à alta corrupção, reestruturação do exército, combate à grupos rebeldes ruandeses e ugandenses que ainda encontram-se no país e, principalmente, garantir a governança eficiente da RDC.

Com a saída de Jean-Pierre Bemba da cena política do país, supostamente houve também um abrandamento quanto à questão da insegurança gerada por forças armadas independentes. Entretanto, como apontado anteriormente, cabe analisar a capacidade do governo de garantir o clima de estabilidade do país, impedindo, inclusive, a ascensão de novos atores que possam comprometer a mesma.

Referência

Sites:

BBC

<http://www.bbc.co.uk>

Folha Online

<http://www.folhaonline.com.br>

International Crisis Group

<http://www.icg.org>

MONUC

<http://www.monuc.org>

ONUC

<http://www.un.org/Depts/DPKO/Missions/onuc.htm>

State Department

<http://www.state.gov>

Washington Post

<http://www.washingtonpost.com>

25 anos da Guerra das Malvinas

Análise
Segurança

Fernando Maia
19 de abril de 2007

No dia 2 de abril de 2007, foram completados 25 anos da guerra travada entre a Argentina e o Reino Unido pela soberania das Malvinas. Após esses anos, busca-se apresentar um panorama do conflito ocorrido bem como da situação atual dos relacionamentos.

As Ilhas Malvinas ou Falkland são um arquipélago composto de duas ilhas principais (Ilhas do Leste e Oeste) e mais 778 ilhas menores, com uma área de 12.173 km². O arquipélago, situado no Atlântico Sul, está a 640 km ao leste da costa sul da Argentina e a 12.800 km do Reino Unido. A capital, Port Stanley, situa-se na Ilha do Leste e concentra grande parte dos 3.000 habitantes¹.

A soberania sobre esse território foi objeto de disputa numa guerra travada em 1982 entre Argentina e Reino Unido. No dia 2 de abril de 2007, foram completados 25 anos desse enfrentamento, que durou 74 dias (de 02 de abril a 14 de junho de 1982) com 649 argentinos, 255 britânicos e 3 habitantes das ilhas mortos em combate. Atualmente, as ilhas são um território britânico administrado por um Governador nomeado pela Rainha. A presente análise busca apresentar um histórico e um panorama do conflito ocorrido e da situação atual das Ilhas.

Dados Históricos das Ilhas

Os primeiros dados históricos das Ilhas datam do século XVI. Em 1502, o navegador Américo Vespúcio teria

avistado as ilhas pela primeira vez. Fernão de Magalhães², a serviço da coroa espanhola, segundo dados do governo argentino, teria descoberto as ilhas em 1520 quando da passagem da sua expedição pela região. Contudo, segundo o *site* oficial do governo das Ilhas Falklands, este fato teria ocorrido em agosto de 1592 com capitão inglês John Davis a bordo do navio *Desire*. O estreito entre as ilhas maiores foi batizado com o sobrenome do tesoureiro da Marinha Real Inglesa, Visconde Falkland, pelo capitão John Strong, primeiro navegador a desembarcar no arquipélago³.

A partir da descoberta, franceses, espanhóis e ingleses estiveram presentes na região, num período marcado por intensa rivalidade comercial. Os franceses estabeleceram uma base na Ilha do Leste (Port Louis)⁴ por volta do ano de 1764 e os ingleses, que desde 1740 já tinham intenção de estabelecer sua base nas Ilhas⁵,

² Foi o navegador português que, a serviço da coroa espanhola, realizou a primeira viagem de circum-navegação pelo globo.

³ Os argentinos batizaram esse estreito de San Carlos. No mesmo sentido, a capital Port Stanley recebeu o nome de Puerto Argentino, a Ilha do Leste chama-se Ilha Soledad e a Oeste, Gran Malvina.

⁴ Os franceses deram o nome de *Les Iles Malouines* e daí deriva o nome de Malvinas, com o qual as ilhas são chamadas também.

⁵ Tal fato se deu com a passagem de Lord Anson

¹ Dados oficiais do ano de 2001.

o fizeram em 1766 com John MacBride, em Port Egmont. Franceses e ingleses ignoravam a presença um do outro no arquipélago.

Entretanto, a convivência inglesa, francesa e espanhola nunca foi tranqüila. Com o Tratado de Utrecht de 1713⁶, a Espanha reafirmou seu controle na América, inclusive nas ilhas, dada a sua posição estratégica no Atlântico Sul. Invocando esse tratado em 1767, a Espanha protestou contra a presença francesa nas ilhas e negociou a sua saída em troca de dinheiro. Um governo espanhol foi então estabelecido no local sob a jurisdição do Capitão-Geral de Buenos Aires⁷.

Em 1770, a Espanha expulsou os britânicos de Port Egmont mobilizando sua força naval que se encontrava em Buenos Aires. Contudo, os interesses coloniais britânicos fizeram com que houvesse certa resistência nesse processo e uma troca de declarações entre o Reino Unido e a Espanha restaurou o controle britânico sobre Port Egmont em 1771. Na declaração, a Espanha restituía Port Egmont para salvar a honra do rei do Reino Unido, mas guardava sua soberania sobre o restante da ilha. A reivindicação britânica da soberania sobre o arquipélago continuou mesmo depois dessa declaração e da sua saída (por volta do ano de 1774) para tratar de assuntos relacionados a suas colônias (em especial os Estados Unidos, que através de uma guerra conseguiu sua independência em 4 de julho de 1776).

Outro processo histórico que afetou as relações das ilhas com os outros países foi

pela região que relatou à Coroa Britânica a necessidade de se estabelecer uma base nas Ilhas.

⁶ Conjunto de tratados firmados para resolver os problemas da sucessão do trono espanhol (1713-1715), disputado por algumas potências européias da época. Dentre outras decisões, ficou estabelecido que Filipe V ficaria com o trono espanhol, bem como com as respectivas colônias.

⁷ A Argentina era colônia espanhola.

a independência da Argentina do governo espanhol⁸, ocorrida no ano de 1816. Desde então, a Argentina buscou firmar sua soberania sobre as ilhas através da indicação de governadores, legislação sobre os recursos pesqueiros e concessões territoriais.

Essa afirmação da soberania argentina sobre a região causou desconforto para o Reino Unido que, depois de um período de relativo afastamento, protestou contra o controle argentino, reacendendo seu interesse pela região.

Um atrito com os Estados Unidos ocorreu nessa época (1831), quando barcos pesqueiros estadunidenses desrespeitaram o decreto do governador das Ilhas, Louis Vernet, que proibiu barcos de caça de baleias e leões-marinhos na região. A tripulação dos navios foi presa e as três embarcações apreendidas, levando os Estados Unidos a retaliarem as ações argentinas através de saques aos assentamentos e destruição de fortes.

Nos anos seguintes, assistiu-se a uma intensificação das ações britânicas no sentido de afirmar sua soberania sobre as ilhas. Assim, o ano de 1833 foi crítico para o domínio argentino: dois navios de guerra britânicos chegaram às Malvinas para conquistá-las, dando um prazo de 24 horas ao controlador das ilhas, José Maria Pinedo, para se render. Ele de fato se rendeu, visto que não possuía fortes e munição para resistir.

Em 1834, Henry Smith foi nomeado o primeiro governador britânico das ilhas, criando, assim, as condições para o povoamento, ocorrido especialmente durante a década de 1840. Foi durante essa década também que houve a mudança da capital de Port Louis para Port Stanley (1842) e a mudança de *status*

⁸ Inicialmente foi chamada de Províncias Unidas do Rio da Prata, mas esse nome durou pouco – possivelmente até 1830 – sendo substituído por Confederação Argentina e, posteriormente, República Argentina.

das ilhas, que passaram para os domínios da Coroa Britânica pela Rainha Vitória (1843).

Em 1852, com a criação das *Falklands Islands Company*, a Rainha Vitória estimulou um grupo de investidores a desenvolver a economia das Ilhas.

O que se seguiu a partir de então foi uma intensa disputa diplomática entre Argentina e Reino Unido acerca da soberania do arquipélago, especialmente a transferência dessa soberania para a Argentina.

No século XX, já na década de 1960, a Argentina protestou contra a posição britânica de garantir a independência das Ilhas em resposta à Resolução 1514 da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), que pedia o fim do colonialismo. Isto porque não era do interesse da Argentina garantir essa independência.

Através da Resolução 2065, de 1965, da Assembleia Geral, a ONU incentivou os dois países a estabelecerem negociações sobre a questão, o que aconteceu nos anos de 1966 e 1967, quando então o governo britânico declarou que se recusava a transferir qualquer medida de soberania aos argentinos e que respeitaria o interesse dos cidadãos locais de não querer tal transferência.

Em 1971, essa posição foi amenizada com a assinatura de um Acordo de Comunicação por meio do qual a Argentina proveria comunicação às Ilhas. Contudo, esse país sempre marcou sua posição no sentido de se buscar negociar a soberania das Malvinas o que sempre foi recusado pelo Reino Unido. Essas posições tão polarizadas levaram os dois países a retirarem seus embaixadores de suas respectivas capitais em 1976: a Argentina em protesto contra a presença de um navio de guerra britânico (o *HMS Shackleton*) na região e a não discussão da soberania, e o Reino Unido em resposta à atitude argentina. Essas ações levaram a uma suspensão das relações diplomáticas

entre ambas por três anos, até 1979, quando houve o retorno dos embaixadores às suas representações.

O ápice desse conflito deu-se com o enfrentamento militar entre Argentina e Reino Unido no ano de 1982.

Dados Históricos da Guerra

O momento histórico da guerra se dá em torno dos interesses do General Leopoldo Galtieri de chegar à presidência argentina⁹. Em troca do apoio da Marinha à sua eleição, ele apoiaria uma ação para recuperar as Ilhas. Ele de fato tornou-se presidente e, meses depois, iniciou a guerra.

Um episódio envolvendo trabalhadores argentinos – entre janeiro e março de 1982 – contratados para desmontar navios nas ilhas Geórgia do Sul (próximas às Malvinas) serviu de argumento para o Reino Unido mandar o navio *Endurance* para o Atlântico Sul com a missão de expulsar os argentinos da Geórgia do Sul¹⁰. Tal fato, na percepção argentina, consolidaria as posições britânicas na região, o que levou a Argentina a mandar o navio *Bahia Paraíso*, antecipando os planos de ocupação das Malvinas.

No dia 02 de abril de 1982, os argentinos desembarcam nas Malvinas dando início à guerra e pondo fim às relações diplomáticas entre os dois países. A Argentina que esperava apoio dos Estados Unidos e não esperava uma resposta militar britânica, chegou a mobilizar um contingente de 10 mil soldados. A

⁹ O governo do General Leopoldo Galtieri foi de 22 de dezembro de 1981 a 18 de junho de 1982.

¹⁰ Esses trabalhadores argentinos haviam sido contratados para trabalhar na Geórgia do Sul desmontando navios encalhados. Dada a proximidade com as Malvinas (a Geórgia do Sul fica entre as Malvinas e as ilhas Sandwich) e a presença de argentinos no local, a Primeira-Ministra britânica Margaret Thatcher mandou o navio *Endurance* com a missão de expulsar esses argentinos da ilha – território britânico.

percepção argentina desses fatos era de que: do ponto de vista britânico, talvez não houvesse disposição de atravessar os quase 13 mil km que separa o Reino Unido do arquipélago para travar uma guerra; do ponto de vista dos Estados Unidos, sua política de apoio às ditaduras militares na América Latina talvez tenha levado o governo militar argentino a esperar esse apoio. Na prática, essas percepções mostraram-se equivocadas. Os Estados Unidos apoiaram o Reino Unido, e este não só respondeu militarmente à ocupação argentina deslocando seu contingente militar, como também demonstrou sua superioridade, tanto do ponto de vista da utilização de equipamentos modernos, quanto da logística e do treinamento daqueles que lutavam.

A Argentina conseguiu resistir bem aos ataques enquanto o contingente britânico era baixo. A partir do desembarque e do avanço terrestre das forças britânicas, no início de maio, apoiados por artilharia aérea e naval¹¹, rumo a Port Stanley, a resistência argentina foi cada vez mais difícil. Ressalte-se, contudo, que as forças aéreas argentinas desempenharam um papel relevante na resistência contra os britânicos, mas não foram suficientes para decidir a guerra em seu favor.

A Marinha Real Inglesa também mostrou sua superioridade, pois obrigou um recuo argentino com a ampliação da Zona de Exclusão Total para 20km da costa argentina, em 07 de maio¹². Tal fato significava que qualquer navio que trafegasse sem autorização nessa zona poderia ser atacado.

A vantagem militar britânica (a Argentina contava basicamente com uma vantagem geográfica, dada a sua proximidade com

as Malvinas) foi decisiva para que, em 9 de junho, os britânicos tivessem as tropas argentinas concentradas em torno da capital Port Stanley. A batalha pela tomada da capital durou até 14 de junho por causa da resistência argentina. Nesse dia, as tropas britânicas conseguiram entrar na cidade. Em seguida, houve encontro de representantes dos dois lados para discutir os termos da rendição argentina.

Como resultados da guerra ocorreram: a permanência do domínio britânico sobre as Ilhas até hoje, o adiantamento do fim do regime militar argentino, já que no dia 17 de junho o General Galtieri foi obrigado a deixar o poder e a ajuda na consolidação do governo britânico de Margareth Thatcher (1979-1990).

Do ponto de vista argentino, com o fim do regime militar, ocorreram eleições democráticas em 30 de outubro de 1983. Raúl Alfonsín (1983-1989) foi o vencedor e assumiu no dia 10 de dezembro. Do ponto de vista britânico, a possibilidade de perda de um de seus domínios aliada à baixa popularidade da administração Thatcher, fez com que a Primeira-Ministra utilizasse essa guerra para ganhar resultados políticos internos. Com a vitória e a alta popularidade adquirida, ela foi reeleita nas eleições de 9 de junho de 1982.

Os interesses em jogo

A soberania das Ilhas é o tema central do conflito entre Argentina e Reino Unido. Entretanto, a posição britânica é de não discutir o assunto. Eles invocam seu domínio sobre o local com base em argumentos históricos como os já apresentados. Ainda que tenham se retirado do local, não desistiram da soberania. Ademais, invocam o fato de a população ser britânica e não desejar transferir sua soberania aos argentinos.

Na mensagem de Natal de 2006 enviada às Ilhas, o Primeiro-Ministro Tony Blair

¹¹ Cerca de 40 embarcações, dentre submarinos, porta-aviões, navios, 20 mil homens, e mísseis antiaéreos faziam parte das forças britânicas.

¹² Essa Zona de Exclusão Total existia desde abril, mas em maio foi ampliada para 20km da costa argentina.

defendeu o direito de autodeterminação do arquipélago e garantiu a defesa desse direito, bem como a segurança das ilhas. Terminou a mensagem afirmando a soberania britânica, mas mostrou disponibilidade para superar os desafios diplomáticos com a Argentina para estabelecerem um relacionamento cooperativo em áreas de interesse comum, especialmente a segurança e a prosperidade do arquipélago¹³.

Os argentinos, por outro lado, argumentam que chegaram nas Ilhas justamente quando da ausência britânica e que, como ex-colônia espanhola, “herdou” o território com sua independência.

Nas disposições transitórias da Constituição argentina, foi declarado que “a Nação Argentina ratifica sua soberania legítima e imprescritível sobre as Ilhas Malvinas, Geórgia do Sul e Sandwich do Sul e espaços marítimos e insulares correspondentes, por ser parte integrante do território nacional. A recuperação dos ditos territórios e o exercício pleno da soberania, respeitando o modo de vida dos seus habitantes em conformidade com os princípios de Direito Internacional, constituem um objetivo permanente e irrenunciável do povo argentino”¹⁴.

No dia 02 de abril de 2006, na comemoração do Dia dos Veteranos da Guerra das Malvinas, o presidente argentino Nestor Kirchner afirmou que “nosso povo tem em comum o empenho de recuperar a soberania de nossas ilhas. Por isso hoje, mais uma vez, reiteramos

nossa vontade de retomar o diálogo com o Reino Unido. Será um diálogo entre democracias destinado a encarar e a resolver uma controvérsia que está afetando nossas relações (...)”¹⁵. Nesse ano, o tom das declarações foi o mesmo e o Vice-Presidente Daniel Scioli declarou que as Malvinas “são, sempre foram e serão argentinas”.

O atual Ministro das Relações Exteriores argentino, Jorge Taiana, afirmou que o governo Kirchner está empenhado em “buscar com maior firmeza” a soberania sobre as Ilhas e que está “tomando várias medidas ao mesmo tempo, e uma delas é recordar ao mundo que os ingleses não estão cumprindo sua parte [negociar a soberania das Malvinas]”. Como foi dito, o governo britânico não está disposto a discutir o assunto e, por isso, a Argentina busca pressioná-lo através de órgãos multilaterais, como a ONU, por exemplo. No dia 22 de janeiro, Jorge Taiana encontrou-se com o Secretário Geral Ban Ki-Moon e pediu para que ele promova a retomada de um diálogo bilateral com o Reino Unido sobre a soberania do arquipélago.

O governo das Malvinas afirma o princípio da autodeterminação, baseado na Carta da ONU, na sua relação com o Reino Unido e garante a liberdade de escolha do seu governo para os seus cidadãos. Todavia, afirma que a soberania sobre o arquipélago é exercida por aquele país.

A Argentina não aceita a tese da autodeterminação levantada pelo Reino Unido e pelas Ilhas. Isto porque a invocação de tal princípio por parte dos habitantes causaria a “quebra da unidade nacional e da integridade territorial” argentina, já que, na sua visão, o arquipélago é território argentino. Estas tentativas seriam, portanto, incompatíveis

¹³ Interessante notar como os princípios da autodeterminação e da soberania britânica são explorados político e diplomaticamente. Por mais paradoxal que seja invocar a autodeterminação para garantir a continuação da sua soberania, os britânicos exploram muito bem esses pontos nas negociações e nos fóruns multilaterais e conseguem manter a sua posição sobre as Ilhas.

¹⁴ Tradução livre. Fonte: *site* do Governo da Argentina. Ressalte-se que a Constituição atual vigora com a redação dada pela Reforma Constitucional de 22 de agosto de 1994.

¹⁵ Tradução livre. Fonte: *site* do Ministério de Relaciones Exteriores, Comercio Internacional y Culto – Argentina

com a Carta da ONU.

Contudo, pode-se pensar também em outros condicionantes dos interesses desses países sobre as Ilhas ligados à sua posição geográfica e aos recursos naturais.

Pesquisas recentes mostraram que o arquipélago tem um potencial petrolífero ainda pouco explorado, principalmente ao redor da costa. Seis poços foram furados em 1998, mas isso é muito pouco segundo dados do governo local, já que existem muitas bacias não exploradas e não perfuradas.

Esses dados indicam ainda que a região em que foi criada Área de Cooperação Especial (SCA, sigla em inglês) com a Argentina, a oeste das ilhas, parece não ser muito rica em petróleo, já que a concentração das operadoras está principalmente ao norte, ao leste e ao sul das ilhas. Entretanto, como as pesquisas estão muito recentes na área, não existem dados precisos da concentração do mineral. Caso se comprove que a concentração está localizada na área de atuação das operadoras e não na área de cooperação, este tema poderá causar atrito entre Argentina, as Ilhas e o Reino Unido. Contudo, ressalte-se, tudo isso dependerá de um aprofundamento nas pesquisas.

Existem ainda explorações de ouro e diamante. Todavia, os avanços nessa área dependem de maiores investimentos num mapeamento aeromagnético do arquipélago capaz de indicar a concentração desses minerais. Segundo dados do governo, em 2006 foram gastos cerca de 3 milhões de libras nessa área.

Como foi dito, as pesquisas e explorações em todas essas áreas são muito recentes. O aprofundamento do conhecimento desses recursos poderá afetar o relacionamento entre Argentina e Reino Unido, uma vez que essas são áreas de interesse desses atores ligadas a assuntos que podem gerar conflito. De qualquer forma, para as Ilhas, essas explorações poderão gerar riqueza e trazer investidores e com isso movimentar sua pequena economia baseada em pesca

para exportação, turismo e lã¹⁶. Prova disso, são as políticas adotadas para atrair e facilitar a vinda desses investidores.

Do ponto de vista geográfico, o arquipélago está muito bem localizado no Atlântico Sul o que gera interesse desses dois países em controlá-lo. Pode-se pensar, como hipótese, que a preocupação Argentina com a soberania britânica das Malvinas decorre de uma preocupação com uma presença britânica próxima do seu território. É preciso lembrar que o Reino Unido é o responsável pela defesa das ilhas e para tanto mantém um aparato militar para, segundo o governo, evitar uma repetição dos acontecimentos de 1982.

Do ponto de vista britânico, a posição geográfica do arquipélago pode significar que o Reino Unido garante uma posição na região, não do velho ponto de vista colonialista, mas sim, de exploração de uma posição estratégica e logística¹⁷ no Atlântico Sul.

Entretanto, essas são apenas hipóteses que só poderão ser testadas na medida em que os dois governos disponibilizarem informações que permitam confirmá-las.

A situação atual do relacionamento entre Argentina e Reino Unido

As relações diplomáticas entre os dois países, rompidas com a guerra de 1982, só foram restabelecidas com as Declarações Conjuntas de Madri de 1989 e 1990. Adotou-se uma fórmula de *salvaguarda de soberania e jurisdição* que garante a soberania britânica sobre o local, mas permite um relacionamento harmonioso em outras áreas. Essa salvaguarda vale para as relações bilaterais entre os dois países, bem como para as relações com

¹⁶ Segundo dados do governo local, o PIB de 2000 foi de US\$ 67 milhões.

¹⁷ Como ponto avançado no Atlântico Sul, o arquipélago está próximo o estreito de Magalhães e da Antártida.

terceiros.

Contudo, a posição do governo argentino sobre essa salvaguarda é de vê-la como algo provisório, criada apenas para estabelecer um *modus vivendi*¹⁸ para essa controvérsia, mas isso servirá apenas para uma posterior rediscussão do tema. Isso vem de fato acontecendo, principalmente com a tentativa de pressionar o Reino Unido através de órgãos multilaterais. Os britânicos, como foi dito, não aceitam discutir o tema.

A relação das Malvinas com o continente não é muito boa, mas o governo local voltou a “aceitar a entrada de argentinos no lugar em 1999”, segundo informa a BBC Brasil.

Military Power Review

<http://www.militarypower.com.br>

Ministério das Relações Exteriores – Argentina

<http://www.mrecic.gov.ar/>

ONU

<http://www.un.org>

Primeiro-Ministro Grã-Bretanha

<http://www.pm.gov.uk>

Referência

Sites:

Argentina – Constituição

http://www.argentina.gov.ar/argentina/portal/documentos/constitucion_nacional.pdf

BBC Brasil

<http://www.bbc.co.uk/portuguese/index.shtml>

Departamento de Recursos Minerais

<http://www.falklands-oil.com>

Governo das Ilhas Falkland (Malvinas)

<http://www.falklands.gov.fk>

Guia da Guerra das Malvinas

http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2002/020329_guiamalvinasag.shtml

¹⁸ Expressão utilizada pelo próprio governo, segundo informa o Ministério das Relações Exteriores argentino. Significa, basicamente, um modo de convivência possível entre os dois países.

Conjuntura Internacional

Pontifícia Universidade Católica – MG

Presidente da Sociedade Mineira de Cultura: Dom Walmor Oliveira de Azevedo

Grão-Chanceler: Dom Walmor Oliveira de Azevedo

Reitor: Prof. Eustáquio Afonso Araújo

Vice-reitor: Dom Joaquim Giovani Mol Guimarães

Assessor especial da reitoria: Prof. José Tarcísio Amorim

Chefe de Gabinete do Reitor: Prof. Osvaldo Rocha Tôres

Conjuntura Internacional

Chefia do Depto de Relações Internacionais: Prof. Javier Alberto Vadell

Coordenação do Curso de Relações Internacionais: Prof. Javier Alberto Vadell

Coordenação-Geral: Profa. Liana Araújo Lopes

Conselho acadêmico: Prof. Danny Zahreddine; Profa. Liana Araújo Lopes; Prof. Rodrigo Corrêa Teixeira

Membros: Andre Klausing; Celeste Cristina Badaró; Diego Paes; Diego Pereira; Fernando Maia; Joana Laura Nogueira; Lígia Mello; Luiz Fernando Moura e Castro; Raphael Rezende Esteves.

Os textos aqui divulgados são de inteira responsabilidade de seus autores e não representam a opinião oficial do grupo.

Av: Itaú, 525, 2º subsolo, Prédio Redentoristas – Dom Bosco – Belo Horizonte – MG – CEP 30850-035 Tel: (31)3319-4426 email: ci@pucminas.br website: <http://www.pucminas.br/conjuntura>